

Ano XVI nº 4866 – 26 de junho de 2014

Pesquisa mostra que bancos cortaram 3.283 empregos nos primeiros cinco meses de 2014



Os bancos fecharam 3.283 empregos de janeiro a maio de 2014. Enquanto os bancos privados e o Banco do Brasil cortaram postos de trabalho, a Caixa Econômica Federal abriu 1.433 novas vagas no mesmo período, o que evitou um resultado ainda pior para o setor, que é o mais lucrativo do País.

O corte de empregos nos bancos contraria o movimento da economia brasileira, que gerou 543.231 novos empregos formais nos primeiros cinco meses do ano.

Os dados constam na Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) divulgada ontem, dia 25 de junho, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que faz o estudo em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Conforme o estudo, além da redução de vagas, a rotatividade seguiu alta no período. Os bancos brasileiros contrataram 14.031 funcionários e desligaram 17.314. Um total de 17 estados apresentaram saldos negativos de emprego no período. Os maiores cortes ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 1.560, 422, 398 e 323 cortes, respectivamente. O estado com maior saldo positivo foi o Pará, com geração de 121 novas vagas.

Projeto do Senado determina correção anual da tabela do Imposto de Renda conforme a inflação

Começou a tramitar no Senado um projeto de lei cujo objetivo é tornar obrigatória a correção anual da tabela do Imposto de Renda de acordo com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O projeto (PLS 216/2014), de autoria do senador Cássio Cunha Lima, está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que terá decisão terminativa sobre o assunto (ou seja, sem necessidade de votação em Plenário).

De acordo com o texto, devem ser atualizadas anualmente as faixas de isenção e de renda que são tributadas; as faixas de isenção conferida às pessoas maiores de 65 anos; e os valores de dedução permitida na declaração. Se aprovada, a nova lei entra em vigor na data da publicação, e não tem efeitos retroativos.

Neste ano, a tabela do Imposto de Renda foi corrigida em 4,5% - mesmo índice usado desde 2007. A correção ficou, novamente, abaixo da inflação oficial medida pelo IPCA, que foi de 5,91% em 2013. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), a correção da tabela já acumula uma defasagem de 61,42% em relação à inflação desde 1996.

A tabela especifica o percentual de imposto cobrado sobre cada faixa de renda, além de estabelecer o montante isento. Ao ser atualizada, mais pessoas ficam isentas do imposto e aqueles que são tributados podem pagar menos. Em 2014, ficaram isentos os contribuintes que ganham até R\$ 1.710,78 por mês. Se os reajustes tivessem sido feitos desde 1996 conforme a inflação, teriam ficado isentos de pagar Imposto de Renda neste ano todos aqueles que ganham até R\$ 2.761,56.

Atenção ao prazo para utilizar o abono-assiduidade

Uma das maiores conquistas da Campanha Nacional Unificada 2013 é o abono-assiduidade. O avanço está assegurado na cláusula 24ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que estabelece ao funcionário de banco privado o direito a um dia de folga.

Mas o bancário tem de ficar atento. Segundo a CCT, o prazo para usar o descanso termina em 31 de agosto deste ano. Além disso, pelo atual acordo, o abono-assiduidade não é cumulativo, ou seja, se a pessoa não o usar, não poderá somar a um novo período e ter por exemplo, dois dias de folga.

Faz jus a essa ausência remunerada o empregado que tenha, pelo menos, um ano de vínculo empregatício com o banco e que não tenha nenhuma falta injustificada entre 1º de setembro de 2012 e 31 de agosto de 2013. A escolha do dia de folga deve ser decidida em conjunto entre o funcionário e seu gestor.

